

SAQUAREMA- RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - RIO DE JANEIRO

**PROFESSOR DE ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO -AEE**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL N° 001/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Prefeitura de Saquarema - RJ

Professor de Atendimento Educacional Especializado

PORTUGUÊS

Leitura e compreensão de textos variados.....	1
Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo; Gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos.....	6
Coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto	10
Relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização	12
Conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido	14
Verbos: pessoa, número, tempo e modo; Vozes verbais; Transitividade verbal e nominal; Estrutura, classificação e formação de palavras.; Funções e classes de palavras; Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação; Flexão nominal e verbal. Regência verbal e nominal	15
Figuras de linguagem.....	32
Funções da linguagem.....	40
Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.....	41
Acentuação gráfica.....	42
Pontuação: regras e efeitos de sentido; Recursos gráficos: regras, efeitos de sentido	52
Sintaxe do Período Simples; Coordenação e subordinação	55
Crase	57
Ortografia.....	61
Questões	71
Gabarito.....	82

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90.....	1
Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei Federal nº 9.394/96	68
Lei Brasileira de Inclusão - Lei Federal nº 13.146/15.....	101
Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação, inclusive anexos	133
Plano Municipal de Educação de Saquarema	141
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica	142

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana – Resolução CNE/CP nº 1/2004.....	142
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	144
Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA.....	144
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos	149
Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios	160
Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.....	176
Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025	182
Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais e similares	184
Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura AfroBrasileira”	187
Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” ..	188
Questões	189
Gabarito.....	196

CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Parte 1. Origem e dados históricos da região onde se situa hoje o Município de Saguarema. As primeiras ocupações, evolução histórica, econômica e administrativa. Fatos e eventos relevantes ao longo do tempo. Características urbanas e configurações atuais do Município. Equipamentos e serviços. Atividades econômicas predominantes. Patrimônio natural, histórico, material e imaterial. Datas comemorativas; atrações, eventos e espaços de destaque, nas áreas de Cultura, Esportes e Turismo. Roteiros locais. Posição do Município na divisão regional turística do Estado e sua classificação. Personalidades do Município e visitantes ilustres. Informações sobre aspectos físicos e geográficos do Município: área, altitude, clima, relevo. Localização, população, distritos, limites municipais, vias de acesso. Sistemas costeiro, lagunar e hidrográfico. Parques, unidades de conservação e áreas de proteção ambiental locais e da região.....

1

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Parte 2.Aspectos da administração municipal de Saquarema conforme sua Lei Orgânica: Autonomia, poderes e símbolos municipais. Divisão administrativa do Município. Competências municipais: privativas, comuns e suplementares. Vedações. Organização dos poderes: Câmara e Prefeitura. Câmara Municipal: funções, competências privativas, posse, funcionamento. Conceitos sobre mandato, legislatura, sessão legislativa, sessões ordinárias e extraordinárias; comissões permanentes e especiais. Prefeito Municipal: Competências privativas, posse, substituição, proibições, licenças. Leis de sua iniciativa. Auxiliares diretos. Julgamento de crimes e infrações do Prefeito. Atos de competência do Prefeito e seus conteúdos específicos	9
QUESTÕES.....	45
GABARITO	50

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Educação Especial: conceito, evolução e tendências atuais	1
A questão da inclusão da pessoa com deficiência	7
Fundamentos filosóficos, teóricos, pedagógicos e legais da Educação Especial.....	13
Legislação e suas atualizações: Constituição da República Federativa do Brasil	19
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)	24
Estatuto da Criança e do Adolescente	24
Lei Brasileira de Inclusão	24
Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	25
Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.....	27
Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem	27
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.....	28
Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025	29
Decreto nº 6.949, de 25/08/2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30/03/2007	29
Base Nacional Comum Curricular	51
PME de Saquarema	104
Atribuições do cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado	104
Transtornos, dificuldades de aprendizagem e altas habilidades	110
A sociedade, a escola e a família do aluno com deficiência	115
Desafios atuais na formação e atuação de professores de educação especial	120

SUMÁRIO



Flexibilizações e adaptações curriculares para o atendimento às necessidades educacionais do aluno com deficiência	125
Tecnologias Assistivas	130
Comunicação alternativa	136
Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação, inclusive anexos	141
QUESTÕES	142
GABARITO	148



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§1º A garantia de prioridade compreende: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visitação periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

§ 3º Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

II – solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

III – presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)



HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

A história do desbravamento da região onde se situa hoje o Município de Saquarema teve início no princípio do século XVI, poucos anos depois do descobrimento do Brasil. Após 26 anos da expedição de Américo Vespúcio, que em 1503 aportou na região de Cabo Frio e ali permaneceu até o início de 1504, retornando a Portugal com um carregamento de pau brasil, D. João III, rei de Portugal, concebeu outra estratégia de ocupação do novo território: estabelecer pontos onde se provesse de mantimentos e homens e fundar uma colônia nas margens do Rio da Prata.

Para tanto, foi organizada uma frota composta de 2 naus, 1 galeão, 2 caravelas e 400 pessoas, entre tripulantes e passageiros. Por uma carta régia de 20 de novembro de 1530, confiou a direção dessa frota a Martim Afonso de Souza, dando-lhe poderes extraordinários, entre os quais “tomar posse e colocar marcos em todo o território até a linha demarcada.”

A frota zarpou do porto de Lisboa em 3 de dezembro de 1530, chegando à baía de Todos os Santos em 13 de março de 1531. No dia 17 deste mês, Martim Afonso de Souza reiniciou sua viagem para o sul. Passados dias, após contornar o Cabo Frio, fundeou no Costão em frente ao antigo ‘Morro do Sambaqui’, hoje conhecido pelo nome de Morro do Canto.

Nesse local, encontrou regular número de índios Tamoios, obedientes à chefia de um índio denominado ‘Sapuguaçu’. Habitavam choças construídas em troncos de árvores e cobertas com palhas de tabua ou pita. Suas embarcações, feitas de um só tronco, eram ligeiríssimas, causando pasmo a rapidez e perícia com que eram dirigidas. Denominavam o local onde moravam de socoa-y-rema (lago sem conchas, na língua indígena). Em outra versão, soco-rema significaria bando de socós, referindo-se a uma espécie de ave pernalta que abundava na lagoa.

Tendo abastecido seus navios, de água, lenha e frutos nativos, Martim Afonso de Souza prosseguiu em sua viagem na direção sul. Permaneceu na Baía de Guanabara por cerca e oito meses, indo depois para São Paulo, onde fundou a primeira vila do Brasil, em 1532, São Vicente.¹

Em 1534 foram criadas as capitanias hereditárias como forma de divisão territorial e administrativa para promover a colonização do Brasil. D. João III doou a Martim Afonso de Souza a Capitania de São Vicente; que compreendia, inclusive; as terras da região de Saquarema.

No entanto, a ocupação efetiva do território se mostrou problemática desde o início devido às grandes extensões das capitanias e ao pouco interesse dos donatários em se fixar em locais remotos e sem qualquer recurso para, inclusive, enfrentar ataques de franceses e piratas que vinham à costa brasileira explorar o pau Brasil e outras riquezas naturais.

Ao mesmo tempo que a presença dos franceses se intensificava na região, o tráfico prosperava com a ajuda dos Tamoios. As desavenças entre os índios e os portugueses teriam iniciado logo no início da colonização, quando as relações começaram a se desgastar².

¹ http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/Historico_Estado.pdf

² FERNANDES, Fernando Roque: Guerra de Cabo Frio. Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/guerra-de-cabo-frio/>



CONCEITO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial pode ser compreendida como uma modalidade educacional destinada a assegurar recursos, serviços e estratégias pedagógicas específicas aos estudantes que apresentam necessidades educacionais relacionadas à deficiência, aos transtornos globais do desenvolvimento, ao transtorno do espectro autista, às altas habilidades ou à superdotação. Sua finalidade é garantir que esses estudantes tenham acesso ao currículo, participem das atividades escolares, desenvolvam suas potencialidades e aprendam em condições de igualdade com os demais. Trata-se, portanto, de uma área que articula conhecimento pedagógico, acessibilidade, direitos humanos, tecnologias assistivas, avaliação individualizada e práticas inclusivas.

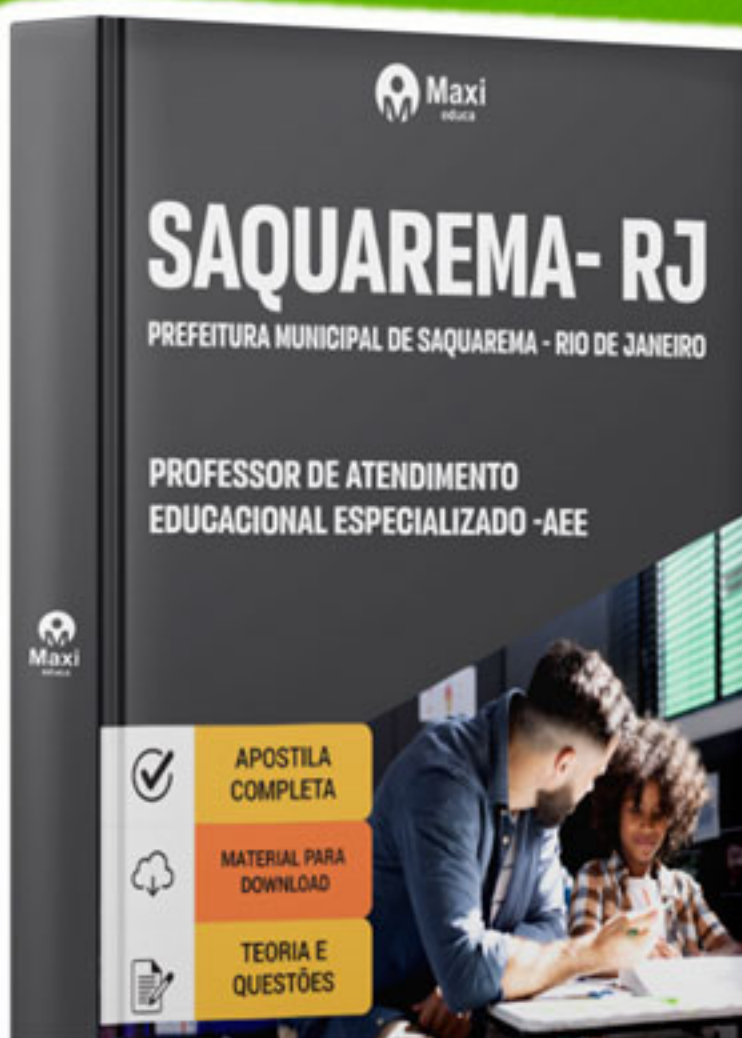
O conceito contemporâneo de Educação Especial não deve ser confundido com a ideia de uma escola separada para determinados grupos. Embora historicamente a Educação Especial tenha sido associada a instituições especializadas e classes separadas, a compreensão atual é mais ampla e mais integrada. Ela não se limita a um lugar físico, mas corresponde a um conjunto de apoios que podem e devem acompanhar o estudante nos diferentes espaços educacionais. Isso significa que a Educação Especial pode estar presente na sala de aula comum, no atendimento educacional especializado, nos recursos de acessibilidade, na orientação aos professores, na adaptação de materiais, no uso de tecnologias assistivas e na construção de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades de cada estudante.

Um elemento importante desse conceito é a noção de público-alvo. Em geral, a Educação Especial atende estudantes com deficiência física, intelectual, visual, auditiva, múltipla, surdocegueira, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação. Cada um desses grupos apresenta características diversas, e mesmo dentro de uma mesma categoria há grande variedade de perfis. Dois estudantes com deficiência intelectual, por exemplo, podem ter necessidades muito diferentes. O mesmo ocorre com estudantes autistas, estudantes surdos ou estudantes com altas habilidades. Por isso, a Educação Especial não pode trabalhar com respostas padronizadas. A identificação do público-alvo é importante para garantir direitos e apoios, mas não deve reduzir o estudante a um diagnóstico. O diagnóstico pode orientar, mas não substitui a observação pedagógica, a escuta, o acompanhamento cotidiano e a compreensão da história de cada estudante.

A Educação Especial também está relacionada ao atendimento educacional especializado, frequentemente conhecido pela sigla AEE. Esse atendimento tem a função de complementar ou suplementar a formação do estudante, oferecendo recursos e estratégias que favoreçam sua autonomia e participação. Para estudantes com deficiência visual, por exemplo, o AEE pode envolver ensino do sistema braile, orientação sobre uso de leitores de tela, adaptação de materiais e desenvolvimento de habilidades de orientação e mobilidade. Para estudantes surdos, pode envolver apoio linguístico e recursos de comunicação. Para estudantes com altas habilidades, pode envolver enriquecimento curricular, aprofundamento de temas, projetos de pesquisa e desafios intelectuais mais complexos. O ponto central é que esse atendimento não deve substituir a escolarização comum, mas apoiá-la.

Outro aspecto essencial do conceito de Educação Especial é a eliminação de barreiras. A aprendizagem não depende apenas das capacidades individuais do estudante, mas das condições oferecidas pelo ambiente. Barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e atitudinais podem impedir a participação plena. Uma escola com escadas e sem rampas cria barreiras para estudantes com mobilidade reduzida. Um material didático sem descrição de imagens cria barreiras para estudantes cegos. Uma aula exclusivamente oral, sem recursos visuais ou apoio linguístico adequado, pode criar barreiras para estudantes surdos. Uma avaliação rígida, baseada em tempo único e formato único, pode prejudicar estudantes que necessitam de outras formas de demonstrar conhecimento. A Educação Especial atua justamente para identificar e reduzir essas barreiras.

A adaptação pedagógica é uma das estratégias mais relevantes nesse processo. Adaptar não significa simplificar excessivamente ou oferecer um ensino de menor qualidade. Significa ajustar caminhos, recursos, tempos, linguagens e formas de avaliação para que o estudante possa acessar o conhecimento. Em alguns casos, a adaptação pode envolver mudança no formato do material; em outros, uso de recursos concretos,



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!